

SARA OCIDENTAL

“A cultura sarauí está a perder-se”

Sem Estado reconhecido, povo ocupado quer proteger património para garantir a sobrevivência da identidade

MARGARIDA MOTA

Nos últimos 45 anos, o conflito em torno do Sara Ocidental acantonou o povo sarauí em três grandes grupos. O mais numeroso vive no chamado Sara ocupado, território a sul de Marrocos onde aspiram a constituir um Estado e onde o ocupante marroquino desenvolve um projeto de colonização. Outro grupo — estima-se que à volta de 175 mil pessoas — vive com o estatuto de refugiado em campos junto a Tindouf, cidade argelina perto da fronteira com Marrocos. Há ainda a diáspora, concentrada sobretudo em Espanha, a antiga potência colonizadora do Sara Ocidental.

Sem pátria de referência, cada sarauí transporta uma missão vida afora: a sobrevivência da sua identidade enquanto povo, de geração para geração. “Temos uma população refugiada, deslocada do território, perdeu-se muita cultura. Os nossos jovens vão aos 14 anos estudar para Cuba, Espanha, Argélia e regressam com 28, mais cubanos, espanhóis ou argelinos do que sarauís. Há que recuperar essa cultura, que só a têm os mais velhos, que estão a morrer”, afirma, em entrevista ao Expresso, Omar Abdallah Ahmed, diretor do departamento de Arqueologia do Ministério da Cultura da República Árabe Sarauí Democrática (RASD), a entidade que reivindica a soberania do Sara Ocidental.

Apagar a história

Para os sarauís do território ocupado, o desafio é infinitamente maior. “A potência colonial está a introduzir o *darija* [árabe marroquino], o que contribui para que os jovens dessas zonas percam as referências e os valores éticos e morais que caracterizam o povo sarauí”, diz o sociólogo. “Marrocos tem uma política de eliminação de tudo o que faça referência à história do Sara, incluindo edifícios coloniais espanhóis. Tudo está a perder-se. Queremos recuperar esse património cultural, da música à arqueologia.”



O sociólogo sarauí Omar Ahmed na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. FOTO RUI DUARTE SILVA

Na semana passada, o Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto acolheu um seminário internacional dedicado à cooperação científica no Sara Ocidental. Parte da discussão visou a criação de uma espécie de biblioteca digital que reúna registos do património sarauí e estudos realizados por diferentes universidades, muitas vezes em duplicado e sem o conhecimento das autoridades sarauís. “Faz falta unir todos esses esforços, para que convirjam numa instituição sarauí, que pode ser o Ministério da Cultura ou a Universidade de Tifariti [no chamado Sara libertado]. As universidades [estrangeiras] fazem investigações pensando no seu interesse. Queremos criar uma base de dados para organizar tudo o que é conhecido”, diz Ahmed.

Falta de qualificações

Os sarauís pretendem que essa plataforma digital demonstre a antiguidade da sua presença na região e o carácter distintivo do povo comparativamente a

CONTEXTO

Colónia

Em 1975, Espanha compromete-se a sair do Sara. Um terço da colónia é entregue à Mauritânia e o restante a Marrocos (que hoje ocupa todo o Sara)

Estado

Em 1976, a partir dos campos de refugiados de Tindouf, a Frente Polisário proclama a República Árabe Sarauí Democrática

Referendo

Em 1991, a ONU institui a MINURSO, para supervisionar o plano de paz entre Marrocos e a Polisário e organizar um referendo à autodeterminação do povo sarauí

outros na região. “Interessa-nos localizar os nossos sítios arqueológicos. Nos últimos anos, tem havido um esforço do Ministério da Cultura para levar jovens sarauís a esses locais, para que se enamorem da temática e decidam estudar arqueologia. Já se fizeram muitas escavações, mas quem as fez? Espanhóis, ingleses, alemães, portugueses... não há técnicos nem profissionais sarauís formados nesta área.”

Investir na cultura é, para os sarauís, uma batalha paralela à reclamação de um Estado. A resolução 690 do Conselho de Segurança da ONU, de 29 de abril de 1991, prometeu-lhes um referendo de autodeterminação. Continua por cumprir. A partir dos campos de refugiados, a RASD é reconhecida por dezenas de países, mas nenhum peso-pesado geopolítico, embora seja membro da União Africana e participe nas cimeiras ao mesmo nível que Marrocos.

A falta de um amplo reconhecimento do Estado sarauí não é mera questão política. Reflete-se, por exemplo, no difícil acesso à vacina para a covid-19.

Fonte da Aliança Global para as Vacinas — que gere o mecanismo Covax, fornecedor de vacinas aos países mais pobres — esclareceu ao Expresso que “em relação à região vulgarmente conhecida como Sara Ocidental, incluímos a sua população na alocação destinada a Marrocos”. Quanto aos campos de Tindouf, as vacinas que lá chegaram foram doadas pela Argélia.

UNESCO ignora

O não reconhecimento do Estado sarauí inviabiliza que as portas da UNESCO se abram à proteção do património sarauí. “O Ministério da Cultura da RASD já tentou contactá-la ‘milhares de vezes’. Mas a UNESCO, que é uma organização cultural, é também uma organização política. Ignoram-nos por completo.”

Desde 13 de novembro de 2020 que o património arqueológico sarauí está exposto a outro perigo: a guerra. Após 30 anos de trégua, a Frente Polisário, reconhecida pela ONU como legítima representante do povo sarauí, voltou a pegar

em armas. Mohamed Fadel, representante da organização em Portugal, confirma ao Expresso que continua a haver ataques diários contra o outro lado do muro de 2700 quilómetros com que Marrocos isolou o Sara Ocidental do resto de África.

Vitória judicial

Na semana passada, o secretário-geral da ONU nomeou o experiente diplomata Staffan de Mistura como seu enviado pessoal para o Sara Ocidental. Habitado a missões difíceis (Síria, Afeganistão, Iraque), o italo-sueco terá de lidar com o cansaço sarauí à volta da “novela das negociações” que se traduziu em “perda de tempo”, diz Fadel, com desconfiança em relação à imparcialidade da ONU e uma desilusão chamada António Guterres, em quem depositavam grandes esperanças dadas as semelhanças entre as questões do Sara e de Timor-Leste.

Os sarauís procurarão também capitalizar com a vitória averbada, há duas semanas, no Tribunal de Justiça da União Europeia, que deu razão à Polisário e declarou ilegais os acordos de comércio e pesca de 2019 entre a UE e Marrocos, que previam o acesso às águas do Sara Ocidental. Em causa está a autorização dada por Marrocos a 128 barcos de pesca europeus, na maioria espanhóis, e 91,5% das capturas contempladas no acordo.

Para a justiça europeia, Sara Ocidental e Marrocos são territórios distintos e separados. Fadel acredita que a UE, com França e Espanha à cabeça, tente reverter o processo. “A sentença era previsível, é a terceira no mesmo sentido. É um golpe para Marrocos e para todos os que pretendiam, de forma trapaceira, justificar a presença marroquina no território e proteger o saque aos recursos do Sara, com a cumplicidade de países europeus”, conclui o membro da Polisário. “Creio que vai marcar uma época e dissuadir as entidades europeias, ocidentais ou outras que pretendam fazer investimentos no território. É uma sentença muito importante.”

mmota@expresso.imprensa.pt

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Danilo Türk Ex-Presidente da Eslovénia e presidente do Clube de Madrid

“Precisamos de uma democracia mais participativa”

Nasceu em 1952, num país que já não existe — a Jugoslávia. Foi professor de Direito Internacional e diretor deste departamento na Universidade de Liubliana, Eslovénia, colaborou com a Amnistia Internacional e foi, em 1999, o primeiro representante do seu novo país, a Eslovénia, nas Nações Unidas. Ali veio a presidir ao Conselho de Segurança e a trabalhar com o então secretário-geral, Kofi

Annan. Ele próprio seria candidato ao cargo em 2016, ano em que foi preterido a favor de António Guterres. Antes, fora Presidente da Eslovénia entre 2007 e 2012. Defensor da paz e comprometido com a defesa dos direitos humanos, em 2019 foi eleito presidente do Clube de Madrid, um fórum que se apresenta como a “maior aliança de ex-Presidentes e ex-primeiros-ministros em prol da democracia”.

■ Já o ouvimos falar em imaginação política. Acha que essa imaginação é o caminho para os políticos (re)motivarem os cidadãos?

■ Há dois aspetos a ter em conta: a forma como a política é conduzida e a agenda política. Precisamos de inovação em qualquer deles. A agenda tem de incluir a descarbonização como prioridade, em toda a parte, caso contrário vai haver consequências. É uma decisão política importante, que [ainda] não foi interiorizada pela maioria dos sistemas. Se as minas de carvão fecharem a uma velocidade maior do que antes, como teremos a certeza de que as pessoas que ficam sem emprego e as suas famílias têm futuro? É um problema de natureza política, não económica ou social. O segundo aspeto é o processo político. Vivemos numa democracia representativa, elegemos pessoas para fazerem coisas, mas precisamos cada vez mais de uma democracia participati-

va. Já há muitos municípios em países da Europa que envolvem os cidadãos no orçamento participativo; são instrumentos-chave na decisão política, com maior participação, inovação. É assim que vejo o futuro.

■ A Europa está a conseguir concretizar esta inovação participativa?

■ Se olharmos para a Europa, Portugal é dos países europeus mais bem preparados para estes desafios. Mostrou capacidade de implementar o processo participativo; basta olharmos para o exemplo do processo de vacinação [contra a covid-19]: 85% da população vacinada é um grande sucesso. E não é apenas uma questão de saúde pública, é uma questão de maturidade política dos líderes.

■ Também é mérito dos profissionais de saúde...

■ Seria muito simplista dizer que é apenas um assunto das profissões da área de saúde.

Para mobilizar 85% da população tem de se atrair toda a gente. A capacidade participativa demonstrada é um excelente exemplo. Não digo que tudo deva ser igual, mas ser capaz de mobilizar 85% da população num curto período de tempo é um grande sucesso.

■ Antevê um período turbulento no pós-pandemia?

■ Não podemos ter a certeza de que a situação pós-pandémica irá ser facilmente gerida pelos Governos, pois isto tem que ver com a qualidade da democracia. Não há solução imposta, só há soluções pelo consenso democrático. No Clube de Madrid estamos a organizar um debate virtual sobre a forma como a democracia vai ser capaz de encontrar respostas. Temos membros em 110 países, antigos Presidentes e primeiros-ministros democraticamente eleitos retirados da atividade política. Consideramos que o momento é um

teste ao futuro da democracia. A saúde pública é uma prioridade, mas há outras grandes decisões económicas e políticas, como a dívida emergente. A democracia irá ser testada.

■ Como já aconteceu depois da pandemia da gripe espanhola, em 1918...

■ E o resultado não foi bom. Agora estamos mais bem equipados para ter um resultado melhor, mas temos de garantir que o processo democrático seja suficientemente robusto, sofisticado e aceite pelo povo para evitar equívocos. Os Governos têm de demonstrar competências para oferecer oportunidades de participação, em vez de falar apenas do povo.

MANUELA GOUCHA SOARES
mgoucha@expresso.imprensa.pt



LEIA A OUTRA PARTE DESTA ENTREVISTA EM EXPRESSO.PT